



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

178

PROCESSO Nº 0203688-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENRIQUE MARCULA LIMA e BATISTA CÍCERO DE ASSIS

PACIENTE: CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

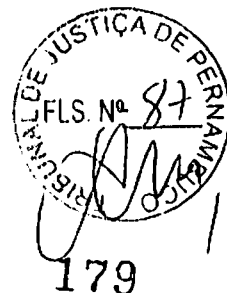
AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

SSA
EMENTA: HABEAS CORPUS. DENÚNCIA MINISTERIAL SEM DESCRIÇÃO ADEQUADA DO FATO IMPUTADO AO PACIENTE. INVALIDADE DA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DECRETO DE PRISÃO PROVISÓRIA. FUGA DO PACIENTE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

1. Somente teria sentido a alegação de inépcia da exordial se, da leitura da denúncia, o paciente não tivesse condições de saber qual fato típico que lhe estava sendo imputado.
2. A alegação de que a citação editalícia foi realizada em desconformidade com a legislação é completamente improcedente, pois, a citação que alegam ser ilegal ainda não foi sequer realizada.
3. O remédio heróico não se presta a análise aprofundada da prova, sendo mister, neste particular, o não conhecimento do writ.
4. Os autos demonstram que o paciente se evadiu do distrito da culpa. Tal fato, per si, justifica sua prisão processual.

5. Denegação do *habeas corpus*.
6. Unanimidade.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas Corpus* nº 203688-0 onde figura como paciente **CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **conhecer parcialmente do writ para denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

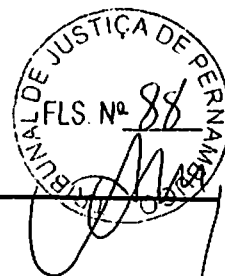
Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

180

PROCESSO Nº 0203688-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENRIQUE MARCULA LIMA e BATISTA CÍCERO DE ASSIS

PACIENTE: CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

R E L A T Ó R I O

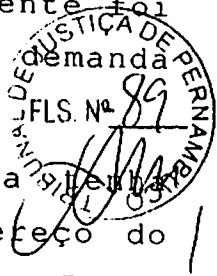
Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Henrique Marcula Lima e Batista Cícero de Assis em favor do paciente **CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO**, onde se aponta como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Boa Vista.

O paciente responde ao processo criminal nº 449.2008.000556-0 que apura o crime de assassinato da vítima Lindoberg Rodrigues de Souza, ocorrido em 20 de fevereiro de 2004, na cidade de Santa Maria da Boa Vista - PE.

Segundo os impetrantes, a denúncia criminal que deu início a *persecutio criminis* e a sua respectiva peça aditiva, por não descreverem detalhadamente o fato típico imputado ao ora paciente, deixando de atender ao disposto no art. 41 do Código de Rito Penal, sendo, por este motivo, nulas.

Ainda segundo os impetrantes, a prova contida nos autos não leva ao entendimento de que o paciente foi o autor do crime, sendo mister o trancamento da demanda com relação ao mesmo.

181



Alegam também que o meirinho, embora expedido certidão nos autos dando conta do endereço do paciente, não providenciou a citação deste último. Desta forma, a citação feita por edital é ato nulo por descumprimento do disposto no art. 351 do CPP.

Por fim, os impetrantes se insurgem contra o decreto prisional, alegando que este não atende aos pressupostos do art. 312 do CPP.

Os impetrantes, em razão das alegações, pleitearam a concessão de medida liminar que foi indeferida nos termos do despacho de fls. 43/44.

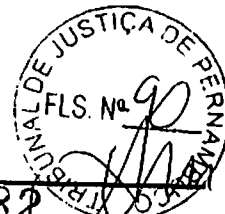
O Exmo. Magistrado indigitado coator, instado a prestar informações sobre o writ, esclareceu que consta da denúncia ajuizada em desfavor do ora paciente que este último, juntamente com outro cidadão, desferiram 14 tiro contra a vítima Lindoberg Rodrigues de Souza, causando-lhe a morte. No tocante a citação, afirmou o Exmo. Magistrado a quo que ainda não houve a citação por edital, entretanto, nos autos não há endereço válido onde se possa localizar o paciente (fls. 66/67).

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 79/82, por entender que não há ilegalidade a ser sanada, opina pela denegação do writ.

É o relatório

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Gustavo Lima
Relator



182

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203688-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENRIQUE MARCULA LIMA e BATISTA CÍCERO DE ASSIS

PACIENTE: CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

V O T O

Conforme relatado, trata-se de *habeas corpus* impetrado por Henrique Marcula Lima e Batista Cícero de Assis em favor do paciente **CARLOS NAILTON ALENCAR BRANDÃO**, onde se aponta como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Boa Vista.

Os impetrantes alegam que:

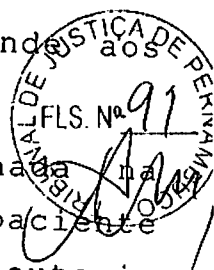
a) a denúncia criminal que deu início a *persecutio criminis* em desfavor do paciente e sua respectiva peça aditiva são ineptas por não descreverem detalhadamente o fato típico imputado ao ora paciente;

b) a citação do paciente feita por edital é ato nulo por descumprimento do disposto no art. 351 do CPP;

c) a prova contida nos autos não leva ao entendimento de que o paciente participou do crime e;

d) que o decreto prisional não atende aos pressupostos do art. 312 do CPP.

183



Não há qualquer mácula a ser sanada na denúncia ministerial ajuizada em desfavor do paciente (fls. 23/25). No tocante a fato típico e a autoria delitiva, consta o seguinte do referido documento:

"Infere-se da peça indiciária retro-mencionada que no dia 20 de fevereiro de 2004, por volta das 20:00 horas, no interior do banheiro do Bar de Israeline, no bairro da Cohab, nesta urbe, os denunciados desferiram cerca de 14 (catorze) tiros contra Lindoberg Rodrigues de Souza, causando-lhe lesões, as quais, por sua natureza e sede, determinaram sua morte, conforme laudo pericial acostado às fls. 04 usque 21, do caderno policial em apenso".

(...)

Alonso P. Souza estava de roupa e capuz pretos e deixou o local na garupa de uma motocicleta conduzida pelo 2º acionado (o paciente), que o esperava na porta do referido estabelecimento comercial"

Na exordial o Parquet alegou que o paciente somente foi identificado apenas pelos seus dois primeiros nomes porque se evadiu do distrito da culpa.

A alegação de que o conteúdo da denúncia ministerial impossibilita que o paciente exerça plenamente seu direito de ampla defesa não tem o menor fundamento. Somente teria sentido a alegação de inépcia da exordial se, da leitura da denúncia, o paciente não tivesse condições de saber qual fato típico que lhe estava sendo imputado. Neste sentido:

"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONTA CORRENTE ABERTA EM NOME DE OFFSHORE NO MERCHANT'S BANK EM NOVA IORQUE. EVASÃO DE DIVISAS. COMPETÊNCIA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. CASO BANESTADO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. DENÚNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. DESPACHO DE RECEBIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA.FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. DENÚNCIA EMBASADA EM DOCUMENTOS COLIGIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA. LEGALIDADE.
1. Não se aplica a regra insculpida no artigo 88 do Código de Processo Penal quando presentes elementos justificadores da conexidade instrumental, prevista no artigo 76, inciso III, do

Código de Processo Penal, eis que as provas carreadas nos autos poderão influir no conjunto probatório do caso Banestado.

2. Não há que se falar em inépcia da denúncia, pois há exposição clara e objetiva dos fatos delituosos imputados ao Paciente, com a descrição suficiente de sua participação na suposta organização criminosa.

3. A alegação de carência de provas de autoria não pode ser analisada na via estreita do writ posto que, para tanto, é necessário revolvimento fático probatório, o que é vedado por meio deste remédio constitucional.

4. A decisão de recebimento da peça acusatória, em razão de sua natureza interlocutória simples carece de fundamentação aprofundada, sob pena de pré-julgamento e, conseqüente, nulidade absoluta.

5. Reconhece-se como função institucional do Ministério Público, promover a ação penal pública - artigo 129, inciso I, da Constituição Federal - e a realização de diligências para a colheita de elementos embasadores da denúncia, sendo-lhe vedado, contudo, a produção independente da prova, o que não ocorreu no caso vertente.

6. Utilização, pelo parquet, de provas produzidas pela Polícia norte-americana, para fundamentar a inicial acusatória.

7. Ordem DENEGADA.

(HC 57.991/PR, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 13/02/2007, DJ 27/03/2007 p. 217)

Os impetrantes alegam ainda que o paciente não foi regularmente citado para responder a ação penal, sendo ilegal a citação deste último pela via editalícia. Por tal motivo, pleitearam a nulidade de todos os atos subsequentes à citação.

Ocorre que, ao prestar informações, a autoridade indigitada coatora esclarece o seguinte:

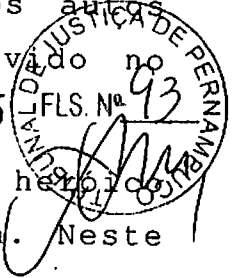
"(...) a citação por edital ainda não tampouco agendada a audiência s de instrução e julgamento, de modo que o impetrante pode muito bem indicar a esse Juízo o endereço que eu determinarei a imediata citação pessoal e agendarei a audiência, onde o mesmo terá chances de explicar a sua versão dos fatos."

Como visto, a alegação de que a citação editalícia foi realizada em desconformidade com a legislação é completamente improcedente, pois, o juízo indigitado coator sequer determinou a citação via edital.

Como visto, as nulidades apontadas pelos impetrantes inexistiram, não havendo motivos para que atos processuais sejam declarados nulos.

Quanto ao mérito, os impetrantes alegam que o paciente responde ao processo criminal nº 449.2008.000556-0 onde se apura o crime de assassinato de Lindoberg Rodrigues de Souza, ocorrido em 20 de fevereiro de 2004, na cidade de Santa Maria da Boa Vista - PE. Alegam que inexistem elementos nos autos que levem a crer que o paciente esteja envolvido no crime que motivou a perseguição criminis.

185



Ocorre que, como é cediço, o remédio heróico não se presta para análise aprofundada da prova. Neste sentido:

"HC 99373 / MS HABEAS CORPUS 2008/0017724-5

Relator: JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)

Órgão Julgador: SEXTA TURMA

Data do Julgamento: 18/03/2008

Data da Publicação/Fonte: DJe 14/04/2008

Ementa

PENAL - HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - FALTA DE PROVAS - ESTREITA VIA DO WRIT - PROVAS COLHIDAS NA FASE INQUISITIVA - CORROBORAÇÃO EM JUÍZO - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE AS CORROBORA - POSSIBILIDADE - DEPOIMENTOS DE POLICIAIS - VALIDADE - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - ABSOLVIÇÃO - ASSOCIAÇÃO NÃO CONFIGURADA - DENÚNCIA QUE NARRA ASSOCIAÇÃO MERAMENTE EVENTUAL - NECESSIDADE DE ESTABILIDADE OU PERMANÊNCIA - CAUSA DE AUMENTO DE PENA - TRÁFICO INTERESTADUAL - CONDUTA QUE, POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À VONTADE DOS AGENTES, NÃO CHEGOU A ULTRAPASSAR A FRONTEIRA ENTRE DUAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - DECOTE - MAUS ANTECEDENTES - INQUÉRITOS POLICIAIS EM ANDAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - REESTRUTURAÇÃO DA REPRIMENDA - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

A estreita via do habeas corpus, carente de dilação probatória, não comporta o exame de questões que demandem o profundo revolvimento do conjunto fático-probatório colhido nos autos da ação penal ofertada contra o paciente. Precedentes.

Evidenciando-se que a decisão que deu procedência ao pedido condenatório se sustentou, quanto ao crime de tráfico de drogas, em provas válidas e devidamente colhidas e/ou corroboradas em juízo, inviável sua cassação.

Devem ser levados em consideração os depoimentos de policiais quando estiverem de acordo com o contexto probatório. Precedentes. O delito de associação para o tráfico não se confunde com uma associação meramente eventual (simples co-autoria), demandando a permanência e estabilidade entre os agentes, a fim de formarem uma verdadeira societas sceleris. Precedentes.

A causa especial de aumento de pena prevista no inciso V do artigo 40 da nova Lei Antidrogas pressupõe que os agentes tenham ultrapassado a fronteira entre duas ou mais unidades federativas.

Na esteira dos precedentes desta Corte, meros inquéritos policiais em andamento não são capazes de macular os antecedentes do avenado, em obediência à

garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade.
Ordem parcialmente concedida.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEXTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conceder parcialmente a ordem de habeas corpus, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Nilson Naves, Hamilton Carvalhido e Paulo Gallotti votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Nilson Naves".

186

Ademais, o paciente, como afirmou o Exmo. Magistrado a quo, poderá vir aos autos da ação penal para expor sua versão dos fatos, sendo certo que o Juízo indigitado coator, após o término da instrução processual, terá condições de proferir o veredicto da maneira mais justa.

Assim, no tocante a alegação de inexistência de indícios de autoria, o writ não deve ser conhecido por impropriedade da via eleita.

Também não merece acolhimento a alegação de que o decreto prisional não teve a devida fundamentação. Como se constata do exame dos autos, o paciente se evadiu do distrito da culpa. Tal fato, per si, justifica sua prisão processual. Neste sentido:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. SEGREGAÇÃO ORDENADA EM SEDE DE PRONÚNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA. NOTÍCIAS DO ENVOLVIMENTO DO PACIENTE EM OUTROS DELITOS GRAVES. PERICULOSIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. POSSIBILIDADE EFETIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SEQUESTRO CORPORAL ANTECIPADO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E NECESSÁRIO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO VERIFICADA.

1. Omissis.
2. Omissis.
3. Omissis.
4. A fuga do paciente do distrito da culpa é motivação suficiente a embasar a manutenção da custódia cautelar, ordenada para a conveniência da instrução criminal que, na hipótese dos processos afetos ao Tribunal do Júri, ocorre em duas etapas - *judicium accusationis* (já vencido) e *judicium causae* (a ocorrer) - e para assegurar a aplicação da lei penal.
5. Condições pessoais, mesmo que realmente favoráveis, não teriam, em princípio, por si só, o condão de garantir a revogação da prisão cautelar, se

há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

6. Ordem denegada. (HC 110.916/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 29/04/2009, DJe 01/06/2009)

Desta forma, voto pelo conhecimento parcial do writ e pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de junho de 2010.

187




Des. Gustavo Lima
Relator